

1

Introdução

A Educação Ambiental (EA) é um campo de atuação cada vez maior tanto em âmbito formal quanto não formal, bem como nas instâncias oficiais e na sociedade civil. Aliás, sua origem emerge no âmago dos debates ambientalistas que começaram a se espalhar nos anos 60, aglutinando ideais revolucionários e reformistas que ansiavam por mudanças de pensamento, estilo de vida, política etc. De um modo geral, a EA é, desde seus primórdios, uma pauta reivindicada nos movimentos sociais. Mas se observarmos a EA como objeto de estudo, poderemos notar o quanto é um tema fascinante, capaz de fazer desabrochar questões inusitadas e inesperadas mesmo àqueles que já têm certa intimidade com a área. Este trabalho é resultado de uma caminhada no campo da EA, por trilhas às vezes inóspitas, mas necessárias. Quem se sensibiliza com as notícias sobre a degradação ambiental, quem ainda espera ver espécies raras sendo salvas da extinção, quem gosta de sentir o cheiro da chuva no mato, sonhou com uma cidade menos poluída e mais sustentável, sempre nutriu grandes esperanças na EA. Este é meu caso. Como biólogo, sempre estive perto da natureza e desesperado por ela, sempre fiz o que pude para poder defendê-la, e na primeira oportunidade, me dediquei esperançoso à EA, como muitos colegas de minha geração.

O estudo que apresento aqui é ao mesmo tempo um resultado desta trilha e o início de outras. É um caminho que me conduziu a paisagens de idéias e de onde pude vislumbrar possibilidades concretas de colaborar com a natureza de forma sistematizada e efetiva, pelo menos esta é a esperança que quero regar nas entrelinhas de meu trabalho, tão coletivo, tão carregado de sobrenomes, de sombras e *personas*, de outras esperanças, enfim, outras vozes que falam comigo e através de mim.

O foco principal de interesse, nesta Tese, é a análise do processo de institucionalização da EA brasileira, a partir dos jogos, tensões, aproximações e afastamentos das instâncias oficiais e formais, no âmbito do governo federal e da REBEA - a Rede Brasileira de Educação Ambiental. O objetivo, portanto, é analisar as articulações entre REBEA e governo federal, tentar compreender as influências da REBEA na institucionalização da EA brasileira e a influência das

ações de governo sobre a REBEA, no movimento de consolidação de políticas públicas no campo da EA.

Pretende-se, enfim, compreender como a EA se desenvolveu, alimentada pelo discurso ambientalista: consolidando-se real e virtualmente através da REBEA; e institucionalizando-se, ocupando espaços formais nas estruturas de governo, tanto no Ministério do Meio Ambiente, como no Ministério da Educação, amparada por legislações em nível Federal, Estadual e Municipal em diversos entes federativos.

É neste sentido, que adotamos a metáfora da rede, para nos referirmos à Rede Brasileira de Educação Ambiental, com seus nós e enlaces que fiam e tecem esta imensa rede que constitui a EA brasileira. É sob o desenrolar deste eixo que me reclino, no sentido de pretender compreender como a EA expandiu-se e estabeleceu-se da forma como está hoje situada no Brasil, presente na forma da Lei 9795/99, que institui uma Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e cria condições e espaços para a expansão e penetração da EA em âmbito nacional, regulamentada pelo decreto 4281/02 que institui o Órgão Gestor da PNEA.

Para entender esse processo, partimos de alguns questionamentos: Como se deram as trajetórias de educadores ambientais que participam das articulações entre REBEA e Governo Federal? Como se articulam entre si para tecer esta rede e consolidá-la institucionalmente? Como acontece o entrelaçamento na rede que começaram a tecer, quais as tensões, desafios e resultados efetivos desta rede? Como se posicionam nas suas relações entre o oficial e o social? Como se situam suas práticas e discursos, seus consensos e contradições?

Assim, para tentar mapear e compreender este campo de tensões e os jogos políticos e sociais entre os diferentes atores que se movimentam na institucionalização da EA brasileira, esta pesquisa realizou entrevistas com educadores ambientais que ocupam espaços na estrutura governamental, tanto do MMA (Ministério do Meio Ambiente) quanto do MEC (Ministério da Educação), no Governo Federal, nos seus respectivos órgãos relacionados à EA, bem como, realizou entrevistas com educadores ambientais junto à REBEA, integrantes da atual secretaria executiva. Entrevistaram-se também, educadores ambientais que exercem uma liderança informal na REBEA e integraram a secretaria executiva anterior a atual gestão da REBEA.

Além da pesquisa bibliográfica, analisou-se ainda, o movimento histórico – político de constituição e consolidação do processo de institucionalização da EA brasileira através dos documentos: de eventos de EA, como os Fóruns de EA, que produziram registros (Carta de Itajaí, Carta de Brasília, Carta de Goiana) e do Governo (Documentos da DEA/MMA), publicados em seus respectivos sítios da internet.

É neste universo que esta investigação se encontra, debruçando suas atenções para o problema da institucionalização da EA no Brasil, como política pública, no campo governamental, destacando as influências, contribuições e contradições das redes de EA, em especial a REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental.

Para sustentar nossa análise sobre este processo, recorreremos a uma abordagem crítica da EA enquanto uma prática educativa e interventiva no contexto da problemática socioambiental. Destaca-se a idéia da EA “crítica” impregnado pelas reflexões da escola frankfurtiana com quem tenho estreitado laços no doutorado, em especial na reflexão contundente de Adorno (1995) sobre a educação. O autor chama a atenção de que a Teoria Educacional Crítica seria uma corrente de pensamento onde a tônica se centra na crítica à racionalidade científica, que ao mesmo tempo, trouxe magníficas realizações com a ciência e a tecnologia, mas fragmentou o saber, e não foi capaz de resolver problemas humanos básicos. Adorno destaca também, a influência da cultura de massa que aliena e aprisiona idéias. Estas seriam algumas categorias para se pensar uma reforma no pensamento educacional uma vez que este deveria conduzir a pessoa à emancipação e a não permitirem erros do passado mais uma vez, erros como a omissão, a indiferença e a barbárie. Assim, a educação crítica seria constituída neste sentido de formar espíritos humanos, agentes capazes de transformar e de emanciparem-se em idéias e gestos.

Seguindo esta linha Jacobi (2003; 2005 entre outros) traz outra importante fundamentação para este trabalho ao situar a EA no contexto da crise societária e apontando as diferentes linhas e abordagens para a EA contemporânea e nacional. O autor nos demonstra a necessidade da criticidade e da emancipação na transformação de nossa sociedade.

Nesta perspectiva, outro autor importante com o qual nos aproximamos é o contemporâneo Boaventura de Sousa Santos que traz a sua reflexão sobre a necessidade de reformular o pensamento diante de questões como a ambiental, que exigiria, segundo sua percepção, uma abordagem permitida pelo paradigma da complexidade, uma vez que não é possível abordar a problemática do meio ambiente, senão através de uma visão integradora, abrangente, complexa e dialética. Neste sentido, o pensamento de Santos e seu alerta sobre a crise de nosso mundo contemporâneo está alinhada com o pensamento de Edgar Morin (1995), para quem o planeta Terra é um destino comum que nos naturaliza e humaniza a todos, nos obrigando a consolidar uma ética da convivência e da solidariedade, que só seria possível de ser atingida na compreensão de nossa imensa filiação ao planeta, nossa Terra- Pátria.

A perspectiva da complexidade desenhada por Morin é eixo essencial para a compreensão da dimensão dos problemas socioambientais. O autor tem sido referência na construção de um saber que dê conta das demandas epistemológicas que emergem da crise ambiental (Morin 1977, 1986, 1995, 1999, 2000 entre outros).

Nesta mesma linha de raciocínio encontraremos outros autores dos quais destaco o mexicano Enrique Leff (2003) para quem:

“O saber ambiental é saber que o caminho no qual vamos acelerando o passo é uma carreira desenfreada para um abismo inevitável (...) não resta outra alternativa senão sustentar-nos na incerteza, conscientes de que devemos re-fundamentar o saber sobre o mundo que vivemos” (Leff, 2003, p.31)

Por outro lado, a perspectiva das redes como área de investigação, de pesquisa são objetos de certa forma, recentes. Esta Tese aborda a questão das redes de educação ambiental, através da perspectiva de Latour(1994), Castells(2002), Maturana(1998) e outros, focada na análise de suas configurações e possibilidades no contexto do cenário atual, a fim de tentar compreender o fenômeno de constituição da REBEA e entender suas articulações com os setores

de EA no âmbito do Governo Federal. Assim, o *approach* que nos aproxima da perspectiva da ecologia biológica é um amparo para pensar as trocas informacionais neste complexo sistema de interações entre os atores das redes de EA no Brasil, e em especial, a REBEA., como foco da nossa atenção.

No entanto, estamos atentos às críticas de Latour (1994) sobre os riscos da biologização das redes, ou seja, de nos fixarmos nos determinismos biológicos que por ventura possam servir de armadilhas epistemológicas na construção de nosso objeto. Desta forma, em nosso estudo, as redes são interpretadas na perspectiva das redes sócio-técnicas conforme salienta Latour (*op.cit*). Este viés ao nosso ver, se enlaça com a leitura das redes como teias de significado que engendram as culturas, formatam identidades e criam vínculos grupais como tem sido defendido em amplos estudos que se baseiam na linha antropológica de Clifford Geertz (1989).

É sob estas categorias que se assenta o nosso olhar sobre a EA. No sentido de que esta modalidade educativa não tolera a fragmentação do saber e não aceita omissão com as gerações futuras, indiferença com a natureza, não quer perpetuar erros do passado com meio ambiente e, neste momento, começa a articular-se em redes cujo maior representante é a Rede Brasileira de Educação Ambiental, a REBEA, rede que congrega organizações não governamentais, as ONGs, da área ambiental, além de educadores ambientais, pesquisadores, autoridades da área, estudantes, empresas e o mais variado público de interessados no campo ambiental e em especial, em EA. A REBEA representa, de certa forma, o governo e a sociedade interagindo de forma complexa e tecendo suas teias de significados.

Entendemos que o processo de institucionalização da EA no Brasil se deu de forma consoante com o movimento de redemocratização do país, refletido também em outras áreas de governo. Neste processo, iremos observar a participação dos movimentos sociais no fomento à produção de políticas públicas para atender as novas demandas sociais. No caso da EA, acredita-se que a REBEA teve uma participação importante na formação dos quadros ministeriais, no âmbito do Governo Federal, bem como de suas linhas de atuação, programas e ações de governo. Com as estruturas de Estado sendo ocupadas por pessoas de origem na REBEA, esta, acabou servindo como eixo propagador, disseminador das políticas e ações de governo, criando tensões e aproximações características que marcam o cenário da EA brasileira.

Convém destacar que assumimos em nossa pesquisa a idéia de que a EA, em suas diferentes dimensões, pretende-se como uma ação educativa que não se basta na arquitetura exclusiva da “sala de aula”, na dimensão utópica dos “conteúdos específicos”, mas, sobretudo, projeta-se na direção de uma ação de fato, de uma intervenção pouco cirúrgica, mais sistêmica, como que revolucionária de práticas, ideais, posturas dos educadores frente à problemática ambiental, tal como sugere a Lei 9795/99.

O interesse em conhecer estes educadores ambientais já instigou outras pesquisas, com destaque para Carvalho (2005). Nesta linha, incluo minha Dissertação de mestrado. Já nesta etapa, quero saber por outros ângulos, que grupo é este – os “educadores ambientais” – e, como suas concepções e visões de mundo orientam as suas práticas, como se diferenciam nos ambientes governamental e não-governamental, público e privado? Em especial destacar o universo da virtualidade que começaram a tecer através de redes que deixaram de ser imaginárias e se realizaram, realizando a eles mesmos enquanto educadores ambientais. Enfim, como se dá esta rede, como ela se enovela, entrelaça seus nós, apazigua suas diferenças, constitui suas outras redes, distribui seu poder e tece-se a si mesma, como a mitológica aranha Arandu¹.

O objeto de estudo aqui apresentado está, certamente sendo amadurecido em mim, desde que me iniciei nesta trilha, há pouco mais de dez anos, quando dava os primeiros passos no percurso acadêmico num projeto na Ilha Grande² e que deu origem a uma linha de trabalhos com a EA aplicada a estudos de comunidades, culminando numa Dissertação de mestrado realizada no Programa EICOS/UFRJ sobre o universo representacional dos educadores ambientais de ONGs ambientalistas do Rio de Janeiro sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Pedro. Na Dissertação³ evidencio implicações com o tema, as quais influenciaram sobremaneira minha trajetória desde a graduação em Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas na UFRJ. No Programa EICOS/UFRJ convivi em um espaço atento à Educação e às Ciências Sociais que encaminhou minha formação para a EA.

Desta forma, acredito que esta etapa é uma consolidação dos passos dados até agora, ao mesmo tempo em que é uma aventura num universo desconhecido cheio de indagações, apostas, suposições as quais emergem de um amálgama de

¹ Para os Guarani, povo que tenho a satisfação e sorte de conviver, é Arandu que tece o mundo em sua mítica teia de fios mágicos.

² Trabalho de Iniciação científica realizado através do PANGEA (programa de Análise e Gestão Ambiental da UFRJ do laboratório de Ecodinâmica do Instituto de Biologia da UFRJ).

³ Sanchez (2001).

sensações, histórias, passados e presentes, diálogos e debates, silenciosos e acalorados e em cada entrelinha do que leio e ouço. Acredito também, que este trabalho pode ser algum suporte para estes “educadores ambientais” e seus sonhos, que possa ser um auxílio na reflexão necessária e constante que deve haver neste grupo sobre si mesmo. Espero poder aqui estar expressando reconhecimento sobre este grupo e auxiliando-os a continuar lutando em nome daqueles que ainda não tem voz, seja a natureza, sejam as futuras gerações, espero que continuem semeando esta solidariedade diacrônica que fará brotar um dia uma sociedade que valorize o ar que respira, a água, as plantas, os bichos e a si própria.

Para organizar nosso estudo e sistematizar as idéias, no primeiro capítulo, tratamos dos pressupostos teóricos e metodológicos utilizados para nossa pesquisa.

No segundo capítulo, tratamos do cenário da EA. Partimos de uma leitura do contexto contemporâneo, procurando compreender elementos do nosso momento atual para subsidiar a construção de uma abordagem histórico-política da EA. A intenção deste capítulo é situar o surgimento da EA e a sua inserção política como parte dos resultados dos movimentos sociais que lançaram o debate ambientalista. Desta forma, procuramos fazer uma contextualização e uma análise do processo histórico-político da EA no Brasil, a fim de permitir uma leitura no campo de tensões entre os atores da EA, e também tem apresentar os atores políticos instituídos formalmente nas estruturas de governo.

Já o capítulo 3 procura tratar amiúde o processo de institucionalização, apresentando o conceito, seu histórico e definindo o recorte que será utilizado como suporte para a análise do fenômeno da institucionalização no caso da EA brasileira. O capítulo 4 traz a discussão sobre redes, apresenta seus conceitos, procura analisar a idéia de articulação em rede, como nova forma de configuração dos movimentos sociais, analisa os desafios e dilemas desta forma de organização, enfim, procura trazer a contribuição desta área de debates para a EA. O capítulo 5 se dedica à pesquisa de campo, apresenta as sustentações teórico-metodológicas usadas na pesquisa e os percursos do trabalho de campo, para no capítulo 6 construir resultados e análises e enfim proceder as considerações finais.